



Dissonância

revista de teoria crítica

ISSN: 2594-5025

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Universidade Estadual de Campinas

www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/teoriacritica

Título	Nem decalque, nem cópia: Aproximações entre marxismo e decolonialidade
Autoria	Bárbara Aragon
Fonte	<i>Dissonância: Revista de Teoria Crítica</i> , v. 4, Dossiê Teoria Decolonial e Teoria Crítica, Campinas, 2020
Link	https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/teoriacritica/article/view/3981

Formato de citação sugerido:

ARAGON, Bárbara. “Nem decalque, nem cópia: Aproximações entre marxismo e decolonialidade”. *Dissonância: Revista de Teoria Crítica*, v. 4, Dossiê Teoria Decolonial e Teoria Crítica, Campinas, 2020, p. 25–58.

NEM DECALQUE, NEM CÓPIA

Aproximações entre marxismo e decolonialidade

Bárbara Aragon*

RESUMO

A partir de uma visão crítica este artigo busca uma aproximação entre a teoria marxista e a teoria decolonial do grupo Modernidade/Colonialidade. Almejando analisar a crítica do grupo latino-americano ao marxismo, segundo a qual este seria mais um fruto negativo do eurocentrismo e inadequado para o nosso continente, faremos mediante a recuperação das obras de José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci, bem como de conceitos como imperialismo e subalternidade, a defesa de que estas contribuições são essenciais mesmo que advindas de uma tradição teórica eurocentrada. Assim logra-se um entendimento holístico e adequado para compreender nosso continente, buscando soluções possíveis para a ruptura com a colonialidade subjacente à imperialidade e identificando limites e avanços dessa aproximação teórica aparentemente conflitante.

PALAVRAS-CHAVE

Marxismo — Decolonialidade — Subalternidade — Imperialismo — América Latina

* Mestranda em História na Universidade Federal Fluminense - UFF (contato: bca.yale@gmail.com).

NEITHER DECAL, NOR COPY

Approximations between Marxism and Decoloniality

ABSTRACT

From a critical view this article seeks an approximation between Marxism and the decolonial theory of the Modernity/Coloniality group. Aiming to analyse the criticism of the Latin American group to Marxism as another negative product of Eurocentrism and thus inadequate for our continent, we will, with recourse to the works of Mariátegui and Gramsci, as well as to concepts such as imperialism and subalternity, argue that these contributions are essential even if they come from a Eurocentric theoretical tradition. We aim at a holistic and adequate understanding of our continent, seeking possible solutions to break with the coloniality underlying imperialism and identifying limits and advances of this apparently conflicting theoretical entanglement.

KEYWORDS

Marxism — Decoloniality — Subalternity — Imperialism — Latin America

Introdução

Aprender as teorias críticas na América Latina não é uma tarefa simples, nem seus limites e contribuições são evidentes por si sós. No entanto, a tarefa se torna ainda mais desafiadora quando pensamos tais teorias ou a construção delas desde a América Latina e para ela. Tal característica é fruto deste continente ter sido marcado pela colonização europeia que, para se justificar e se manter, construiu um arcabouço de conhecimento

destruindo e inferiorizando aqueles que são originários, assim como os que foram trazidos forçadamente para este território. O modelo de conhecimento imposto sobreviveu aos processos de independência, mesmo que hoje modificado e adequado aos novos processos de dominação e, por ainda estarmos nesta esteira de influências europeias, importamos também as teorias críticas advindas do velho continente, como o marxismo.

A teoria crítica possui este caráter por indagar aquilo que é colocado como regra; situando a América Latina¹ nesta lógica, qualquer crítica advinda destas terras deveria por princípio ser imbuída de uma indagação que rompa com a regra colonizante. Apesar das independências formais dos países que sofreram invasão europeia, ainda identificamos que a globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial (Quijano 2005: 122). No fim do século XX e início do XXI, houve a organização de intelectuais latino-americanos que, pensando nestes significantes, formaram o grupo Modernidade/Colonialidade, para o qual o conceito de colonialidade aparece como constitutivo da modernidade, e se assim se constrói tal relação, para romper com esta lógica colonial que persiste de maneira obscura deve-se romper com a modernidade em suas conformações europeias também (Mignolo 2015: 15).

No entanto, como propósito deste texto, intentaremos uma defesa da modernidade, já que a negação desta por completo é

¹ Sobre a discussão acerca do conceito de América Latina ver Richard Morse (2011) e Rafael Leporace Farret com Simone Rodrigues Pinto (2011).

também negar aquilo que esta carrega de frutífero, como as experiências de resistência ao capitalismo, que apesar de ser fruto da modernidade – como Marx e Engels afirmam no *Manifesto comunista* – também criou as condições do seu próprio fim. Dessa forma busca-se defender criticamente a ideia de que o rompimento radical com as premissas marxistas advindo do grupo M/C pode enveredar para soluções não profícuas para o nosso continente. Por outro lado, recuperaremos conceitos que estão na base do esforço teórico decolonial, por crermos na importância fundamental de algumas críticas advindas deste grupo, como os conceitos de decolonialidade e diversidade epistêmica, por exemplo.

A defesa será sustentada a partir da recuperação de parte dos conceitos e ideias de dois marxistas que não são entendidos como representantes do “marxismo hegemônico” ou, para o propósito deste artigo, que não fazem uma interpretação da realidade a partir de uma primazia do fator econômico como sugerido pelas leituras vulgares do marxismo, para que assim os coloquemos em confronto com o aporte de alguns autores do grupo M/C. Estes últimos se posicionam a partir do rompimento com um marxismo que, além de eurocêntrico, seria uma ciência economicista. Este artigo estará dividido em cinco seções, contando primeiramente com esta introdução. Na segunda seção, retomaremos o sardo Antonio Gramsci e seus conceitos de hegemonia e subalternidade e o original indo-americanismo do peruano José Carlos Mariátegui.

Para a elaboração destas ideias da união polêmica do marxismo e da teoria decolonial, o texto se sustenta, a partir da ter-

ceira seção, além da leitura dos autores marxistas indicados, nos autores decoloniais – em especial Ramón Grosfóguel, Walter Mignolo e Aníbal Quijano. Utilizaremos como norte a recente pesquisa de doutorado da brasileira Jórissa Aguiar (2017), na qual a cientista social se indaga exatamente se é possível falar de um marxismo decolonial. Já na quarta seção, retomando e avançando com os apontamentos marxistas, atentaremos para o fato de que o imperialismo e seu entendimento contemporâneo não foram encarados com rigor pelos autores decoloniais, o que causa diagnósticos e prognósticos problemáticos (Ballestrin 2014).

Nas considerações finais, abordaremos como o marxismo ocidental lida com alguma dificuldade com certos temas como a análise da colonialidade, o nacionalismo e o rompimento com o eurocentrismo e argumentaremos que, apesar de grandes avanços e diversos trabalhos acerca do tema, a questão relacional entre raça e classe – especialmente e intrinsecamente relacionada à questão indígena – ainda encontra certos contratempos, como a relação destes povos com as categorias de classe trabalhadora, proletariado, campesinato, etc. (Aguiar 2017: 16).

Os marxismos de Antonio Gramsci e José Carlos Mariátegui

Retomando Gramsci e Mariátegui, nos atemos a interpretações sobre a questão nacional e o desenvolvimento desigual, pensando nos conceitos de subalternidade e socialismo americano. Influenciados pelo contexto histórico em que vivem, mar-

cado pela revolução de 1917 e a estratégia bolchevique, ambos vislumbravam na educação das massas por meio da formação cultural e educacional dos grupos subalternos o caminho político a ser tomado para um horizonte revolucionário.

Para iniciarmos, pensemos na categoria de subalternidade, que, mesmo não tendo sido explicitamente elaborada e apresentada de forma imediata nos *Cadernos do cárcere*, é um traço fundamental no pensamento do marxista italiano.² Tal categoria foi pensada quando, investigando a formação social a partir da unificação italiana, Gramsci apontou que esta subalternidade foi construída a partir da necessidade do capitalismo e suas relações de poder político-econômico-ideológico. Os subalternos seriam aqueles que possuem características particulares como a origem a partir de outras “raças”, outra cultura e outra religião que não são contempladas pela ideologia dominante. O intelectual sardo entendia que o apartamento entre intelectuais e o povo (os subalternos) era um dos pontos nevrálgicos de empecilho de uma revolução num país de desenvolvimento desigual: “A história dos grupos sociais subalternos seria necessariamente desagregada e episódica” e somente a organização política garantiria a possibilidade de luta política dos explorados (Gramsci 2002: 135). A ideia de subalternidade em Gramsci tem relação estreita com a ideia de novo bloco histórico, uma nova articulação entre estrutura e superestrutura que permitiria a construção de uma

² O marxista sardo não desenvolveu esse conceito de forma aberta nos *Cadernos*, sendo necessário lembrar que, ao escrever o Caderno 25, em 1932, Gramsci já experimenta o esgotamento de suas capacidades intelectuais e físicas na elaboração das mais de quinze páginas onde recupera metodologicamente o sentido dos grupos subalternos, como eles se formariam e qual sua finalidade.

contra-hegemonia, um novo bloco histórico camponês que substituiria o bloco histórico dominante (Aguiar 2017: 107).

Tratando de territórios marcados pelo colonialismo, a tradição marxista não deixa, desde sua origem, de formular hipóteses e assertivas acerca do tema; desde Marx e Engels a Gramsci e outros, existe o debate sobre a situação dos países subjugados ao capital, como evidencia Giovanni Semeraro. Atento a este debate e ao pensamento leninista sobre a necessidade de estimular e apoiar as lutas nacionais de libertação e independência, condenando abertamente ao colonialismo, afirma Semeraro acerca de Gramsci:

Gramsci subverte a concepção tradicional de política e de filosofia, colocando-as em íntima e inseparável relação com as lutas dos “subalternos” e a fermentação nas periferias, estabelecendo uma profunda simbiose entre o “saber” intelectual e o “sentir” popular, entre a elaboração teórica e a prática dos “simples” (Semeraro 2012: 60).

Essas afirmações se tornam relevantes para se pensar teorias e políticas contra-hegemônicas no contexto latino-americano por dois motivos que compõem o conteúdo principal de algumas críticas decoloniais ao pensamento marxista. A primeira seria a visão eurocêntrica da modernidade, que imporia sobre os países periféricos uma ideia de etapismo. Em relação à superação do regime capitalista, essa noção é mais próxima das ideias debatidas na III Internacional Comunista, que abordou os países da América Latina como países coloniais, semicoloniais e dependentes. Caracterizando nossas formações sociais como semifeudais e relacionando essa posição com a presença do imperialismo estadunidense e britânico, a leitura dos partidos comunistas indi-

cava a necessidade de uma revolução burguesa aos moldes clássicos, posto que, sem ela, a revolução socialista proletária seria impossibilitada. No entanto, lembremos que para que tal revolução burguesa vingasse, primeiro era necessário uma classe burguesa nacional consolidada, algo que os países deste continente desconheciam; apesar de existir na América Latina um sentido nacional muito arraigado, os países da região nunca possuíram uma burguesia originária com combativo espírito nacional. Sobre isso, Gramsci e Mariátegui já atentavam, cada um à sua maneira, para o rompimento da convicção de que a nação é apenas o produto e instrumento de uma classe, a burguesia.

A outra crítica decolonial a partir de certas leituras do marxismo diz respeito à delegação do protagonismo revolucionário à classe proletária. Na trilha desta crítica é que os autores decoloniais se aproximam do conceito de subalternidade de Gramsci, para que os *damnés de la terra*,³ os subalternos, fossem os protagonistas das teorias sociais produzidas *para e a partir* da América Latina (Aguiar 2017: 112). Assim, como exposto acima, Gramsci não nega o horizonte revolucionário de que, em momentos de crise, as classes subalternizadas sob direção do proletariado se organizassem e intervissem politicamente para a criação de um bloco histórico. Exposto isso, para que tal reflexão dialogue com a defesa de um marxismo decolonial aqui proposta, lembremos a herança teórico-política essencial do intelectual latino-americano Mariátegui.

³ Assim como realizado por Mignolo (2008), fazemos referência direta a Frantz Fanon ao postular a categoria “condenados da terra.”

Expressão máxima de inovação no campo marxista e referência para se pensar as particularidades das formações sociais da América Latina, o peruano José Carlos Mariátegui⁴ (1894–1930) brinda o campo intelectual com suas reflexões sobre questão racial na América Latina e sobre o desenvolvimento econômico-político dos indígenas, que compunham quatro quintos dos oprimidos do seu país de origem. Devido ao seu envolvimento com o movimento estudantil peruano e a consequente oposição ao presidente Augusto Leguía, o jovem peruano vive em exílio na Europa trabalhando como uma espécie de “agente de propaganda do governo peruano no exterior” para que não fosse preso (Aguiar 2017: 66). Por quatro anos (1919–1923) vive na Itália e lá se torna leitor do jovem Gramsci, que neste período organizava a imprensa do partido comunista da Itália. É a partir deste contato em especial, sob a influência dos impactos da Revolução Russa e os movimentos sindicais que vivenciou, que o Amauta⁵ passa a utilizar todo seu arcabouço teórico marxista para refletir sobre a luta de classes no Peru e suas particularidades, muitas delas compartilhadas por outros países na América Latina, como a concentração fundiária justificada historicamente por meio do processo de colonização a partir de uma suposta inferioridade indígena-racial e as relações servis como relação de dependência estabelecida com os trabalhadores rurais assalariados.

⁴ Para outras referências fundamentais acerca do trabalho e da vida de José Carlos Mariátegui ver: José Aricó (1980), Alberto Flores Galindo (1980), César Germaná (1980), Antonio Melis (2013), Jorge Abelardo Ramos (1973) e Luiz Bernardo Pericás (2010).

⁵ Palavra em quéchua que significa pensador, mestre, sábio, e que se tornou também apelido de Mariátegui, por nomear uma revista lançada por ele em 1924.

Mariátegui é o pioneiro em agregar o entendimento da subjetividade “raça” a partir das contribuições das análises materialistas sobre classes, unindo o conhecimento da história e as tradições de luta dos subalternos. Organiza estas ideias no seu livro *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, no qual recupera a formação social-econômica de seu país desde os finais do período colonial, passando pela independência e o período subsequente, e assim elucida as variáveis de desenvolvimento e capital predominante:

A dominação amparada no racismo, segundo Mariátegui, estava pautada numa dupla perspectiva de inferioridade, cultural e material. O Peru estava dividido em quatro regiões, a saber: a costa (litoral), a serra (cordilheira), Amazônia e a selva. O capital estrangeiro da costa mantinha relações de dominação com o operariado rural, enquanto os *gamonales* da serra se aliavam à aristocracia fundiária, também utilizando exploração da mão de obra camponesa. A associação desses dois tipos de classe dominante marcou o desenvolvimento do capitalismo latino-americano, que não aconteceu após alguma revolução burguesa de qualquer tipo. Assim, o capital estrangeiro se associa com a aristocracia fundiária na América Latina para explorar a mão de obra camponesa e indígena. Há ainda uma identificação das classes médias com essa postura racista e preconceituosa (Aguiar 2017: 68).

Assim, Mariátegui encontrava nas classes subalternas – compostas em sua maioria por indígenas – o elemento principal daquilo que seria o socialismo indo-americano, ao organizarem-se politicamente para se defenderem e contra-atacarem, buscando numa aliança com os trabalhadores urbanos (percebemos aqui a influência gramsciana-leninista na concepção de aliança

de classes) a articulação política necessária para alcançar um horizonte fruto do processo revolucionário, buscando como inspiração as experiências de economia coletivista no Peru, mas sem uma volta a um passado romântico.

Observa-se outro ponto de convergência entre os autores marxistas usados aqui como referência: o fato do Amauta não atribuir à burguesia nacional nenhum protagonismo num suposto etapismo da revolução nas terras peruanas, e consequentemente em quase todas as terras latino-americanas. Tal posição caracteriza o debate que marcou o cenário teórico marxista latino-americano nos anos 1930 entre os autores Mariátegui e Haya de La Torre (Löwy 2003). Este confronto político e teórico é profícuo ao postular os entendimentos sobre o nacionalismo que influenciarão diretamente nas práticas políticas dentro da América Latina e também por, mais uma vez, partir da recuperação das posturas e formulações de Mariátegui para combater as críticas de autores decoloniais (como Ramón Grosfoguel) que consideram o nacionalismo como um dos grandes problemas da América Latina a ser superado.

Em um primeiro momento, Mariátegui e Haya de La Torre caminharam juntos em suas proposições políticas. Em 1924 o Amauta é convidado a participar da frente única anti-imperialista Aliança Popular Revolucionária Americana criada por Haya de La Torre e da implementação das Universidades Populares González Prada (Galindo 1991: 276). Em razão do caráter antioligárquico, anti-imperialista e temporariamente ligado aos preceitos marxistas da APRA em seu primeiro momento, era coerente a aproximação entre ambos os peruanos. Porém, após o contato

de Haya de La Torre com as ideias propostas no V Congresso da Internacional Comunista em 1924 e principalmente sua participação como representante latino-americano no I Congresso Mundial Anti-imperialista em 1927 em Bruxelas, ocorreu de fato a mudança de postura política do fundador da APRA, que resultaria no afastamento de Mariátegui desta frente, a qual não tardou a virar um partido político e marcar o início do debate teórico-político com seu conterrâneo. Victor Haya de La Torre nesse momento passou a se posicionar em um alinhamento com ideias mais policlassistas, questionando que uma frente única em termos leninistas – que agregasse as classes trabalhadoras – não contemplaria a necessidade da América Latina como um subcontinente com um desenvolvimento muito particular, imerso em um espaço-tempo indo-americano que faria com que houvesse a necessidade de desenvolvermos um capitalismo nacional em lugar de uma ditadura do proletariado (Haya de La Torre 1985).

Nestes termos é que se consolida a cisão que caracteriza este debate. De um lado observa-se a tendência de um reformismo latino-americano visando um bloco policlassista, sob a direção de uma pequena burguesia articulada junto de uma fração da classe operária e camponesa distantes das persuasões da Internacional Comunista e, por outro lado, a defesa de um socialismo revolucionário indo-americano a partir da criação de uma vanguarda proletária articulada com as classes subalternas. A recuperação deste debate é de extrema relevância por tocar em contendas que se fazem presentes até hoje no cenário político e teórico no nosso continente. Como Lúcio Flávio de Almeida acertadamente elabora, nem sempre nacionalismo e anti-imperi-

alismo andam juntos; além disso, o anti-imperialismo tampouco deve ser entendido como sinônimo ou tendência ao socialismo, mas antes como “uma expectativa de que houvesse uma predisposição de frações burguesas para formarem frente com as forças populares em certa fase da luta contra o imperialismo” (Almeida 2011: 135).

É fundamental recordar que o Amauta propunha um marxismo latino-americano dialético que rompia com as tendências estalinistas porque observou de maneira perspicaz as particularidades de seu território: sem perder a noção de que o capitalismo é o que de fato ainda aprisiona e explora todos os povos do mundo, especialmente quando observada a América Latina, ele não rompe com a premissa da necessidade de uma revolução socialista por meio da luta de classe, com o indígena entendido como parte essencial da frente única de classe. É nesse sentido que se faz possível traçar o embate com as ideias de alguns autores decoloniais, já que estes perderiam de vista, devido ao rompimento radical com o marxismo, a crítica da exploração dos povos nas relações de produção, o que conseqüentemente desembocaria em uma análise mais detalhada do imperialismo, algo que, como já exposto, não é abordado com profundidade nos estudos decoloniais.

Nesta fase neoliberal da globalização das relações sociais de produção, emergem desafios epistemológicos assim como novas questões que requerem novas respostas. Por este motivo defendemos que deva haver a intensificação, ampliação e atenção àquelas pesquisas que se dispõem a pensar no eixo sul-sul e a teoria decolonial assegura sua relevância nesta proposta.

Assim, na primeira década do século XXI, marcada pelo aprofundamento da luta de classes em diferentes ordens de caráter nacional-popular, em maior ou menor medida se notavam movimentos que atuavam contra os governos neoliberais, sendo as principais lutas latino-americanas aquelas por nacionalizações dos recursos naturais.

Concordamos com a divisão proposta pela autora brasileira Luciana Ballestrin (2015) acerca dos trabalhos teóricos que se propunham interpretar a nova realidade dada pela fase pós-colonialista. Ballestrin propõe que a primeira fase seria caracterizada por um pós-colonialismo revolucionário, ligado diretamente aos movimentos de libertação, sobretudo na África e Ásia; a segunda seria marcada pela publicação em 1978 da obra definitiva de Edward Said, *Orientalismo*, e de estudos marcados pelas influências pós-estruturalistas, pós-modernas, Estudos Subalternos indianos e multiculturalismo; já a terceira fase seria aquela que interessa a este trabalho, a fase decolonial: a partir da dissolução da versão latino-americana do Grupo de Estudos Subalternos (1992–1998), é criado em 1998 o Grupo Modernidade/Colonialidade que radicalizava as críticas dos Estudos Subalternos, inserindo a América Latina no debate e aprofundando a problematização do eurocentrismo e da modernidade (Ballestrin 2013):

A versão pós-colonial latino-americana – que certamente recusaria este rótulo para si – constrói seus argumentos com as bases do pensamento latino-americano, filosofia da libertação, teoria da dependência, teoria do sistema-mundo, grupos indiano e latino-americano de estudos subalternos, filosofia afro-caribenha e femi-

nismo latino-americano (Restrepo e Rojas, 2010). O diagnóstico da colonialidade como a face oculta da modernidade, a lógica continuada do colonialismo através da colonialidade do ser, do saber e do poder e as propostas de descolonização epistêmica por um giro decolonial são algumas importantes contribuições para o debate global e atual sobre o pós-colonialismo (Ballestrin 2015: 6).

O grupo Modernidade/Colonialidade e as diferentes posições em relação ao marxismo

No campo do saber, a experiência europeia é a que marca aquilo que seria entendido como história oficial. Esta demarcação e caráter de oficialidade e legitimidade foram transpostos – e são mantidos – naqueles territórios em que a presença europeia se fez a partir da colonização material e subjetiva. A divisão geográfico-política criada historicamente privilegiando sujeitos, saberes e práticas está composta por relações políticas e ideológicas que constroem também o campo do conhecimento. A dimensão política que criou a noção e a relação do norte – independente, desenvolvido, moderno – e a do sul – dependente, subdesenvolvido, arcaico – está presente em todo processo e conflito de que se ocupa a ciência. Assim se estabelece a relação da produção do conhecimento em que há uma fragmentação do mundo entre países que o consomem e países que o produzem, dominando econômica e culturalmente o processo de globalização. Porém, como vimos, especialmente nos períodos durante e após os processos de independência, esse domínio colonial passou a ser questionado também nos lugares de emissão do saber.

Contudo, a teoria decolonial criticou de maneira enérgica essas teorias contestadoras dos discursos e representações culturais advindas dos processos coloniais alegando que elas pareciam desconectadas da realidade social latino-americana por não priorizarem a particularidade de nosso tipo de colonização e centrarem a análise nas questões literárias e culturais. Ou seja: faltava o estudo da dependência econômica e a crítica às ideologias eurocêntricas de fato (Aguiar 2017: 115).

Em meados da década de 1990, um grupo de intelectuais que lecionavam nos Estados Unidos, a saber, John Beverly, Walter Mignolo, Aníbal Quijano, entre outros, fundaram o Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos, sendo marcante o lançamento da obra *Colonialidad y modernidad-racionalidad*, de 1992, do sociólogo peruano Aníbal Quijano. Mais tarde, Mignolo, certo de que seria necessário um rompimento quase que total com os autores eurocêntricos para que a produção decolonial fosse verdadeiramente apropriada para a América Latina, criou o grupo Modernidade/Colonialidade unindo-se a outros intelectuais do subcontinente como o filósofo argentino Enrique Dussel e o sociólogo venezuelano Edgard Lander, entre outros. A partir principalmente do uso da categoria de colonialidade – elaborada de maneira mais profunda por Quijano –, que aparece como contrapartida fundamental para enfatizar as consequências da modernidade nos países subdesenvolvidos ou de desenvolvimento tardio, estes autores pensaram a modernidade e seu lado obscuro, buscando propor novas articulações para a produção do saber e da crítica teórico-política na América Latina.

O conceito de colonialidade é defendido aqui como um dos pilares centrais do que propomos como marxismo decolonial, já que a categoria remete a como compreendemos a forma latino-americana de ser subalterno. Apresentado por Quijano (2005), o conceito de colonialidade tem a ver, primeiramente, com a ideia de que a consolidação do capitalismo de hoje só foi possível devido à exploração do continente americano, consolidando uma dominação que, baseada na construção da ideia de raça e se ancorando na dicotomia racial de inferioridade para os dominados e superioridade aos dominantes, formou este novo padrão de poder eurocentrado juntamente com a nova estrutura de controle do trabalho, agora articulada em torno da relação capital-trabalho:

A América constituiu-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira *id-entidade* da modernidade. Dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do referido espaço/tempo e estabeleceram-se como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder. Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistados e conquistadores na ideia de raça [...]. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial (Quijano 2005: 117).

Quijano ainda argumenta que as investidas coloniais influenciaram além do campo específico da exploração material, significando também uma configuração cultural, intelectual – em suma: intersubjetiva – equivalente e útil às de controle do trabalho em torno do capital para estabelecer o capitalismo mundial.

Dessa forma, ocorre a subjugação de todos os âmbitos da história sob uma só ordem cultural global baseada na supremacia ocidental/europeia, atingindo não só a materialidade com sua hegemonia, mas também a subjetividade, afetando diretamente a produção e a captação do conhecimento (Quijano 2005). Existiria assim uma relação de interdependência dessas instituições (a intersubjetividade está sob controle do eurocentrismo assim como o sexo está sob comando da família burguesa). E, por fim, este padrão de poder mundial é o primeiro que cobre a totalidade da população do planeta, exprimindo também, além das formas de legitimação das relações de dominação entre Estados, a dominação amparada na divisão racial do trabalho, um debate que toma fôlego a partir da recuperação de identidades no subcontinente latino-americano. A colonialidade significou a legitimação das antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade numa perspectiva moderna, ainda segundo o autor (Quijano 2005).

A partir do conceito de colonialidade como algo que transcende as particularidades do colonialismo histórico e que não desaparece com a independência formal dos Estados, o que se pode dizer sobre a nova geopolítica do imperialismo? Sobre o tema, Ballestrin indica que, ao pensarmos em colonialidade, devemos necessariamente pensar no que ela chama de imperialidade. Para refletir sobre isso, lembremos que devido à difusão de diversas interpretações do marxismo no final do século XX, não é de se surpreender que no grupo M/C haja uma divisão entre os autores que se baseiam em premissas marxistas e aqueles que rompem de fato com tal teoria. Como vimos, Aníbal Quijano

aborda no seu estudo o padrão de poder atual caracterizado pela globalidade e baseado na colonialidade em relação dialética com a categoria “raça”, mas sem perder de vista como esta está estreitamente relacionada à exploração econômica. Além de Quijano, a filosofia da libertação de Enrique Dussel se encontra fundamentada, em muito, em ideias de proveniência marxista, sem deixar de lado o materialismo histórico e especialmente a categoria de totalidade:

Para Marx, a “totalidade” é uma categoria de categorias, um conceito de conceitos. Pode dar-se tanto no nível concreto do sistema capitalista real quanto ser a totalidade como “concreto espiritual” – ou a totalidade burguesa como conhecida. O próprio capital é uma totalidade – tanto em abstrato ou “em geral” quanto em concreto, como a totalidade do sistema burguês histórico. O capital como totalidade é também um conceito ou uma categoria com múltiplas determinações. O capital é, como fundamento, a essência do capitalismo, ou seja, a essência última onde se encontra a identidade conceitual do próprio capitalismo (Dussel 2012: 327).

Em tempo: acerca do conceito de totalidade, Dussel sublinha a superação de Marx da noção materialista de Feuerbach que, ao inverter a dialética hegeliana e colocar o “homem” na centralidade da compreensão das ideias que a humanidade produz, ainda pensava em uma “essência humana.” Marx vai além da Totalidade ontológica. O que Dussel observa é que Marx vislumbra a sociedade civil burguesa e o Estado como componentes de uma Totalidade dominadora, que se nutre de algo que lhe é externo, que representa um “Nada” para essa Totalidade (Dussel 2007: 368–378) e, assim, enxerga como verdadeira superação (do

alemão *Aufhebung*) a negação dialética de uma concepção inicial que a supera em prol de sua reconstrução de forma crítica. É a partir desta reflexão que Dussel reafirma qual é o projeto real da descolonização:

A Modernidade nasce *realmente* em 1492: essa é a nossa tese. Sua *real superação* (como *subsumtion* e não meramente como *Aufhebung* hegeliana) é a subsunção de seu caráter emancipador racional europeu transcendido como projeto mundial de libertação de sua Alteridade negada: a Trans-Modernidade (como novo projeto de libertação político, econômico, ecológico, erótico, pedagógico, religioso, etcetera) (Dussel 2000: 31).

Apesar de ainda não se definir como consenso, a abordagem acerca da totalidade é onde encontramos um dos pontos nevrálgicos de diferença entre a matriz de pensamento decolonial que rompe com o marxismo e o que seria a matriz decolonial clássica, ou ainda uma esquerda decolonial representada neste momento por Dussel e Quijano. Buscar uma visão de conjunto do advento da modernidade capitalista, do trabalho assalariado, divisão e subsunção do trabalho e do papel que a América Latina exerce ao adentrar na modernidade como a “outra face”, dominada, explorada (Dussel 2005, 2012), faz com que seja uma hipótese possível a análise integral. Esta análise, que se diferencia da compreensão de alguns autores decoloniais da raça como sendo *a* luta por excelência, e não como parte da luta de classes, se torna mais profícua e mais próxima de um prognóstico adequado à situação histórica da América Latina no mundo.

Pertencentes à matriz mais “radical” do grupo M/C, autores como o argentino Walter Dignolo e o porto-riquenho Ramón

Grosfóguel, apesar de beberem da fonte de Dussel, desatrelam-se do marxismo e o criticam como sendo mais uma ciência europeia que impunha suas soluções sem admitir as particularidades latino-americanas. Grosfóguel, por exemplo, entende a relação entre a modernidade e a colonialidade como simultânea e constitutiva, datada antes da perspectiva eurocêntrica que admite a modernidade nascida junto com o movimento iluminista do século XVIII, e assim como os autores decoloniais sugerem, afirma que esta na verdade nasce em 1492 com a América. A principal crítica advinda deste autor é a da utilização de ferramentas teóricas eurocêntricas para analisar nosso continente, entendendo como parte do processo de colonialidade a exclusão de teorias populares, cosmovisões nativas, entre outras epistemologias originárias da América Latina, assim como se fez no colonialismo clássico. O autor propõe a partir desta denúncia uma nova epistemologia, elaborada a partir do que ele chama de diversidade epistêmica (Grosfóguel 2008). Tanto Grosfóguel quanto Mignolo possuem uma leitura comumente feita das obras marxistas e marxianas em que estas indicariam uma predominância do fator econômico sobre os outros demais fatores de influência social. Ambos tendem a homogeneizar o marxismo ao denunciar a ideia do protagonismo de uma classe proletária e as noções etapistas impostas ao subcontinente para o alcance de uma revolução.

Ambos ignoram desta forma a atualização do debate entre os próprios marxistas sobre o binômio proletário vs. burguês, debate iniciado já por Lênin e Gramsci e levado adiante pelo representante latino-americano Mariátegui e por estudos con-

temporâneos sobre a centralidade do conceito de trabalho e classe que vive do trabalho hoje. Os autores da corrente decolonial em debate, distantes de uma análise da totalidade da acumulação social, histórica, econômica e científica proposta por teorias críticas advindas da Europa, como o marxismo, pontuam a necessidade de cunhar os aportes para uma nova epistemologia, como já foi destacado. Grosfóguel, como Quijano, postula o racismo como categoria principal da colonialidade, porém, diferentemente deste último, identifica o racismo como o princípio organizador de todas as hierarquias do sistema-mundo (Grosfóguel 2008).

Relembrando o imperialismo

Como citado anteriormente, é de extremo valor que resgatemos o uso do conceito de imperialismo⁶ e confrontemos o não aprofundamento deste nos trabalhos de cunho decolonial – de ambas as matrizes aqui propostas. Para o amparo da defesa de

⁶ O conceito de “imperialismo” que abordamos até agora se refere especialmente aos estudos de Ellen Wood em sua obra *O império do Capital* (2014). Com base nas referências leninistas acerca do entendimento de imperialismo, ela busca entender – através da nova configuração do capitalismo e também de uma nova forma de hegemonia imperial – a dinâmica entre uma coerção direta e uma coerção indireta (por meio da dependência dos atores econômicos no mercado) como os fatores que sustentam o imperialismo atual (Wood 2014: 53). Além disso, a autora demonstra como o capitalismo não consegue se sustentar somente a partir dos imperativos do poder econômico, como também não consegue exercer esta dominação sem o apoio do poder extra-econômico. Assim, este sistema necessita de “uma elaborada, estável e previsível ordem legal, política e administrativa. [...] Em outras palavras, as mesmas características que capacitam o capital a estender seu poder econômico para além do Estado-nação são as características que o fazem dependente de algo semelhante como o Estado moderno” (Wood 2004: 54). É com esta linha de pensamento que ela irá combater a ideia de que, neste período em que vivemos, o Estado-nação teria se tornado irrelevante.

um marxismo decolonial, cremos que desconectar o fenômeno do colonialismo clássico do imperialismo e conseqüentemente da atual colonialidade e da imperialidade é inviável se como resultado busca-se uma teoria que complementa fatores culturais e econômicos de maneira dialética para compreender as relações de dominação no nosso continente. Conforme Ballestrin indica, com a conformação do neoliberalismo como nova reconfiguração do capitalismo e suas atualizadas e complexas formas de extração de mais-valor nos anos 1970, emergiu como paradoxo compreender o imperialismo construído pelos Estados Unidos como “imperialismo sem colonialismo”, ou seja, sem colônias formais. Assim, o imperialismo passou a se movimentar e se apresentar de maneira mais nebulosa e “informal” (Ballestrin 2017: 12).

Ballestrin propõe o conceito de imperialidade como a lógica moderna do imperialismo, assim como a colonialidade é entendida como a lógica moderna do colonialismo, sendo fruto da imperialidade. A autora destaca que o conceito de imperialidade é fruto de elaborações anteriores do geógrafo estadunidense David Slater, que sinaliza a colonialidade do poder dialogando com a imperialidade do poder e essa relação é entendida quando o alcance explicativo do funcionamento da reprodução da colonialidade é problematizado (Slater 2011). A colonialidade, por não conseguir ser demonstrada na medida em que prescinde de uma força correspondente que a estimule e a perpetue, dificulta o rastreamento de quais são seus agentes, para que serve e a quais interesses precisos está servindo. Assim, a autora postula a sua origem na imperialidade, que “se refere a

um direito, privilégio e sentimento de um ser imperial ou à defesa de um modo imperial de vida, no qual a invasão geopolítica do poder ocidental é legitimada ou desejada” (Ballestrin 2017: 18).

Concordamos com o marxista Atilio Boron que evidencia que a leitura a ser feita do imperialismo nos dias de hoje não pode ser a mesma das feitas no século passado com os clássicos de Hilferding, Lênin, Bukharin e Rosa Luxemburgo; no entanto, não se pode compreendê-lo sem eles. Ademais, retomemos o argumento principal da obra *O império do Capital* da marxista norte-americana Ellen Wood sobre a particularidade do imperialismo na sua conformação mais atual, que consiste na predominância da utilização de imperativos econômicos em detrimento dos extra-econômicos, representados pelos elementos políticos, militares e judiciais (como ocorria no imperialismo clássico), os quais, porém, de maneira alguma perderiam sua importância de atuação no processo de exploração econômica e principalmente na manutenção desta. Para a autora, “o imperialismo capitalista exige apoio extra-econômico. A força extra-econômica é claramente essencial para a manutenção da coerção econômica em si” (Wood 2014: 16). Estes imperativos não desempenham uma função direta na apropriação ‘*per se*’ de trabalho excedente, no entendimento da autora, sendo a sua principal função a manutenção das formas sociais que permitem que mais-valor seja extraído, ou seja, que a relação capital-trabalho permaneça em atividade. Entende-se que a posição da América Latina nessa nova dinâmica imperial é de clara posição de interferência de

ambas as facetas dos imperativos (econômicos e extra-econômicos) do capital e que:

Assim como o capital exerce sua dominação sobre o trabalho sem o poder coercitivo direto, porque os trabalhadores dependem do mercado e são obrigados a entrar nele para vender sua força de trabalho, coisa análoga aconteceu no plano global, onde mais e mais partes do mundo foram submetidas a esses imperativos de mercado que as tornam dependentes (Wood 2014: 21).

Compreendemos como essa relação de imperativos, trabalhando com a dinâmica de coerção e consenso na construção de hegemonia, é essencial para o exercício da imperialidade e da colonialidade. Essa compreensão tem a ver também com o conceito de acumulação por espoliação do marxista David Harvey (2006) que é resgatado por Slater e Ballestrin para a elaboração da ideia de imperialidade, já que o conceito trazido pelo autor britânico, apoiado em Rosa Luxemburgo, define o processo que repete as formas primitivas e originárias de violência da acumulação capitalista em regiões da periferia do sistema-mundo, num momento de mudança institucional que consolida a disciplina social em necessidade de acumulação por espoliação, sendo ainda característicos a produção de *commodities*, o aprofundamento do extrativismo e a reprimarização da economia.

Ainda segundo Ballestrin e buscando uma aproximação do que elucidamos por forças extra-econômicas do imperialismo, a imperialidade continua operando junto com a colonialidade como uma forma de poder global que não encontra precedentes históricos, algo que é demonstrado, por exemplo, por uma série de rankings internacionais para a medição dos níveis de desen-

volvimento, democracia e transparência, uma estratégia bastante clara que vem sendo fomentada por organizações imperialistas que afetam a política, a economia e também a produção de conhecimento na América Latina:

Se a imperialidade for entendida como o impulso de expansão e o desejo de intervenção da mentalidade imperial, tem-se um relacionamento necessário com a colonialidade: a imperialidade produz a colonialidade (Ballestrin 2017).

Por fim, constata-se que devido às formulações elaboradas na América Latina que não compreendem o imperialismo na sua totalidade, principalmente no período após a onda democrática na década de 1980, há uma heterogeneidade de posições políticas que, estabelecidas em uma perspectiva populista, fundamentaram-se em reforços da construção estatal da nação no interior do território, assim como a necessidade de formar alianças poli-classistas, levando a uma hegemonia reformista que “frente ao imperialismo e em momentos de agudização política e econômica expressavam como os setores das classes dominantes nacionais eram transformados pelo imperialismo em instrumento de sua própria dominação” (Aguiar 2017: 134).

Concluimos, portanto, que apesar de muitos autores decoloniais possuírem uma tradição marxista marcante, se utilizarem de categorias essenciais do aporte teórico marxista e avançarem no debate de descolonização, ao desvendarem a lógica da colonialidade (do poder, do saber e do ser) como a “face oculta da modernidade”, autores como Aníbal Quijano e Enrique Dussel – que utilizaram métodos e linguagens orientadas à reflexão crítica

a partir de uma práxis libertadora – acabaram por não conferir a devida carga revolucionária que é originária de tais conceitos, como o da imperialidade. Mesmo que tratem, por exemplo, do estudo das práticas e avanços do imperialismo contemporâneo, a hegemonia dessa categoria – o imperialismo ou a imperialidade – se perde quando passamos às formulações dos autores do paradigma modernidade-colonialidade. Ou seja, pressupõe-se que o uso não fiel destas categorias ou o afastamento completo de certas contribuições marxistas que são de extrema importância para a compreensão do nosso continente pode resultar em uma perda da perspectiva de que a modernidade produz a imperialidade e a colonialidade, mas também fornece as condições para a decolonialidade desde então em marcha. Defendemos, aqui, que a subsunção de uma sociedade sob o processo universal de mercantilização, que sofreu com o colonialismo e que possui em seu território nações que sofreram mais de trezentos anos de escravismo, como o Brasil, requer uma teoria e uma forma de organização que rompa com todas as opressões criadas e fomentadas neste processo. Assim, refletir sobre essa forma de organização é refletir fundamentalmente sobre as particularidades da formação econômico-social do subcontinente, um ponto de partida atrelado à discussão sobre a revolução latino-americana, se entendermos que só se conclui o processo de formação social com uma mudança estrutural profunda – logo, revolucionária.

Considerações finais

Não ignoremos o ineditismo de José Carlos Mariátegui ao ousar teoricamente quando, por olhar as particularidades do território latino-americano sob uma perspectiva crítica e revolucionária, semeou aqui as primeiras sementes acerca da luta pelo fim da colonialidade e do capitalismo através da mobilização de sujeitos históricos subalternizados que, organizados em uma frente única de classe, tomariam em suas mãos os rumos da sua história e fariam da nossa revolução nem decalque, nem cópia, mas sim criação heroica. A descolonização seria, para o revolucionário peruano, a nossa segunda independência.

Autores marxistas anticoloniais como Lênin, Gramsci, Mao Tse-Tung, Ho Chin Minh, Aimeé Césaire, Frantz Fanon, mas especialmente latino-americanos como Mariátegui e Ruy Mauro Marini que tanto se debruçaram sob o tema das relações de dependência internacional muito podem inspirar a luta teórica e política decoloniais. Além disso, há muito a ser utilizado e estudado para mudarmos e complementarmos análises, como pensamentos críticos estabelecidos desde o sul global que não precisaram de Marx para criticar o capitalismo, mas poderiam fazê-lo desde a própria realidade, como nos lembram Castro-Gómez e Grosfóguel, como o pensamento crítico latino-americano inaugurado por Waman Poma de Ayala, no século XVI, chegando aos exemplos mais contemporâneos com Fausto Reynaga⁷ (Castro-Gómez e Grosfóguel 2008).

⁷ Huamán Poma de Ayala ou Felipe Guamán foi um cronista peruano de origem quéchua que viveu em Lima até 1615, dedicado a denunciar os maus tratos dos espanhóis com os povos autóctones. Fausto Reynaga, por sua vez, lança no início da década de 1970 sua mais importante obra, que retrata a exploração indígena desde os tempos da

É já de amplo conhecimento o papel que o controle das ciências, do saber e da difusão intelectual desempenha junto à dominação econômica exercida pelos centros imperialistas, “apreendendo uma intersubjetividade no processo de dominação que atualmente se desenvolve no meio acadêmico através da fragmentação do saber e do abandono da perspectiva histórica para dar lugar a uma reorganização pós-moderna do meio científico, aparente, de renúncia a uma perspectiva dialética e de totalidade” (Aguilar 2017: 131). Contudo, a defesa feita neste artigo é de que a América Latina seja entendida no seu todo histórico, que inclui marcas da colonização e marcas da exploração de um sistema econômico que se atualiza e se expande cada vez mais. Sabendo do lugar da construção de conhecimento por uma contra-hegemonia que visa romper com a fragmentação teórica a partir de uma abordagem totalizante, não se pode perder de vista que o horizonte só é alcançado através da(s) luta(s) dos explorados. É tarefa política refletir e avançar sobre o que podem nos dizer hoje essas outras possibilidades, outros sujeitos e outras histórias que foram apagadas por um processo crescente de empobrecimento pela imposição de um padrão que inferiori-

colonização, *La revolución india*. Apesar de toda sua importância teórico-narrativa e de apontar o indígena como sujeito da revolução, caía na falácia de negar a luta de classes e exaltar as questões culturais e, ao fazer isso, defende uma revolução “adequada” ao contexto histórico e geopolítico que, por conseguinte, superaria tanto o nacionalismo como o próprio marxismo. O autor boliviano deixou um grande legado e foi em grande parte inspirador de variadas vertentes do indianismo no país e no subcontinente, muitas delas erroneamente assimiladas ao peruano Mariátegui. Dentre outros termos reductionistas, ele afirma, nesse ensaio, que existem duas Bolívias, uma mestiça e outra dos índios, associadas costumeiramente aos servidores das grandes cidades e aos camponeses, respectivamente. A defesa da pátria, com a união das raças divididas do país, será o objetivo do autor para que se consolide a aclamada “revolução índia.”

zou quase tudo aquilo que é fruto destas terras. Por fim, lembremos o escritor uruguaio Eduardo Galeano: vozes antigas nos anunciam que outro mundo possível e que não há nada menos estrangeiro que o socialismo nas terras nossas, que estrangeiro na verdade é o capitalismo – como a varíola, como a gripe, veio de longe (Galeano 1991).

Recebido em 11/01/2020

Aprovado em 20/11/2020

Referências

- AGUIAR, J. D. N. *Entre a subalternidade e o socialismo indoamericano: existe um pensamento marxista decolonial?* Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2017.
- ALMEIDA, L. F. “Nacionalismo e antiimperialismo em um texto de Mariátegui”. *Lutas Sociais* 24, p. 152–162, 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18860>. Último acesso em 02.03.2021.
- ARICÓ, J. et al. *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. Ciudad de México: Siglo XXI, 1980.
- BALLESTRIN, L. “O giro decolonial e a América Latina”. 36º *Encontro Anual da ANPOCS*, Águas de Lindóia, 2012. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/36-encontro-anual-da-anpocs/mr-3/mr19/8321-o-giro-decolonial-e-a-america-latina/file>. Último acesso em 02.03.2021.

- “América Latina e o giro decolonial”. *Revista Brasileira de Ciência Política* 11, p. 89–117, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522013000200004&lng=en&nrm=iso. Último acesso em 02.03.2021.
 - “Imperialismo como Imperialidade: O elo perdido do giro decolonial”. *38º Encontro Anual da ANPOCS: Caxambu*, 2014. Disponível em: www.anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt26-1/9346-imperialismo-como-imperialidade-o-elo-perdido-do-giro-decolonial/file. Último acesso em 02.03.2021.
- BORON, A. *Império, imperialismo: Uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri*. Buenos Aires: CLACSO, 2002.
- CASTRO GOMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (orgs.). *El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. Disponível em: <http://www.unsa.edu.ar/histocat/homoderna/grosfuguelcastrogomez.pdf>. Último acesso em 02.03.2021.
- DEL ROIO, M. “Gramsci e a emancipação do subalterno”. *Revista de Sociologia e Política* 29, p. 63–78, 2007.
- DUSSEL, E. *Filosofia da Libertação na América Latina*. Trad. J. L. Gaio. São Paulo: Loyola, 1977. Disponível em: https://enriquedussel.com/txt/Textos_Libros/29.Filosofia_da_libertacao.pdf. Último acesso em 02.03.2021.
- “Europa, modernidad y eurocentrismo”. In: E. Lander (org.). *La colonialidad del saber: Eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

- . *El último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana*. 2ª ed. Ciudad de México: Siglo XXI, 2007.
- FARRET, R. L.; PINTO, S. R. “América Latina: Da construção do nome à consolidação da ideia”. *Topoi* 12 (23), p. 30–42, 2011.
- GALEANO, E. *O livro dos abraços*. Trad. E. Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM, 1991.
- GALINDO, A. F. *La agonía de Mariátegui: La polémica con la Komintern*. Lima: Desco, 1980.
- GERMANÁ, C. *La polémica Haya de la Torre-Mariátegui: Reforma o revolución en el Perú*. Lima: Sociedad y Política, 1980.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere, vol. 5: O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália*. Trad. L. S. Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GROSGOUEL, R. “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”. *Revista Crítica de Ciências Sociais* 80, p. 115–147, 2008. Disponível em: <https://rccs.revues.org/697>. Último acesso em 02.03.2021.
- HAYA DE LA TORRE, V. R. *El Antimperialismo y el APRA*. Lima: Publicação Oficial do APRA, 1985.
- HARVEY, D. “O ‘novo’ imperialismo: acumulação por espoliação”. In: L. Panitch, C. Leys (orgs.). *Socialist Register 2004, vol. 40: O novo desafio imperial*. São Paulo: CLACSO, 2006, p. 95–126. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/social/2004pt/05_harvey.pdf. Último acesso em 02.03.2021.

- LÖWY, M. (org.). *O marxismo na América Latina: Uma antologia de 1909 aos dias atuais*. 2ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- MARIÁTEGUI, J. C. “Apresentação”. *Amauta. Revista mensual de doctrina, literatura, arte, polémica* 1, 1926.
- . *La escena contemporánea*. Lima: Editora Amauta, 1975.
- . *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. Trad. F. Lindoso. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MELIS, A. “Mariátegui e a crítica da vida cotidiana”. *Lutas Sociais* 17 (30), p. 63–75, 2013.
- MIGNOLO, W. *Habitar la frontera: Sentir y pensar la descolonialidad (Antología 1999–2014)*. Barcelona: CIDOB, 2015. Disponível em: https://www.cidob.org/es/publicaciones/serie_de_publicacion/interrogar_la_actualidad/habitar_la_frontera_sentir_y_pensar_la_descolonialidad_antologia_1_999_2014. Último acesso em 02.03.2021.
- MORSE, R. M. “O multiverso da identidade latino-americana”. In: L. Bethell (org.). *História da América Latina Vol. VIII: A América Latina após 1930. Ideias, cultura e sociedade*. Trad. G. C. C. Souza. São Paulo: EDUSP, 2011, p. 19–160.
- PERICÁS, L. B. “José Carlos Mariátegui e o Brasil”. *Estudios Avanzados* 24 (68), 2010, p. 335–361.
- QUIJANO, A. “Colonialidad y Modernidad-Racionalidad”. In: H. Bonilla (org.). *Los Conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas*. Bogotá: Tercer Mundo, 1992, p. 437–449.

- . “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: E. Lander (org.). *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- RAMOS, J. A. “La discusión sobre Mariátegui”. In: *El Marxismo latinoamericano de Mariátegui*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1973.
- SEMERARO, G. “Gramsci e os movimentos populares: Uma leitura a partir do caderno 25”. *Revista Educação e Sociedade* 35 (126), p. 61–76, 2014. Disponível em: www.scielo.br/pdf/es/v35n126/04.pdf. Último acesso em 02.03.2021.
- SLATER, D. “Imperial Power and Democratic Imaginations”. *Revista Sociedad y Economía* 12, p. 60–78, 2007.
- WOOD, E. *O império do Capital*. Trad. P. Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.